



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

## TERMO DE AUTUAÇÃO

**PROC. N. 074-15 - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**INEXIGIBILIDADE Nº. 16.020-15**

**OBJETO:** Prestação de serviços médicos, junto a Sala de Estabilização, realizando plantões de 12:00hs, limitando o máximo de 30 (trinta) plantões mensais.

### AUTUAÇÃO

Hoje, nesta cidade de Brasil Novo, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Brasil Novo, Eu, **JOSÉ JORGE DE FARIAS**, Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, autuei a petição que adiante se vê, do que, para constar, lavrei este termo.

Brasil Novo/PA, 30 de janeiro de 2015

**JOSÉ JORGE DE FARIAS**  
Presidente da CPL



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

## SINGULARIDADE DO OBJETO

### Inexigibilidade de Licitação nº 16.020-15

Para a pretendida contratação do Sr **HUMBERTO GUSTAVO VANEA TORRES**, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Federal/Regional de Medicina sob o nº. 011892/PA, com Registro Geral nº. V444722-C/DPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 534.755.692-72, residente e domiciliada sito à Rua 7 de Setembro, 331, Bairro Centro, Senador José Porfírio/PA, através da modalidade inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços médicos, junto a Sala de Estabilização, realizando plantões de 12:00hs, limitando o máximo de 30 (trinta) plantões mensais, está FUNDAMENTADA LEGALMENTE no: Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei Federal 8.666/93.

Brasil Novo-Pá, 30 de janeiro de 2015

\_\_\_\_\_  
NOEDSON CARVALHO PEREIRA  
Sec. Mun. de Saúde  
Dec. 219/2014



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

## NOTORIA ESPECIALIZAÇÃO DO CONTRATADO

### Inexigibilidade de Licitação nº 16.020-15

Para a pretendida contratação do Sr **HUMBERTO GUSTAVO VANEIA TORRES**, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Federal/Regional de Medicina sob o nº. 011892/PA, com Registro Geral nº. V444722-C/DPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 534.755.692-72, residente e domiciliada sito à Rua 7 de Setembro, 331, Bairro Centro, Senador José Porfírio/PA, através da modalidade inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços médicos, junto a Sala de Estabilização, realizando plantões de 12:00hs, limitando o máximo de 30 (trinta) plantões mensais:

*- Considerado de notória especialização no campo de sua especialidade profissional com desempenho e experiências em desenvolvimento de suas atividades de seus trabalhos sendo essencial e indiscutível a mais adequada à plena satisfação do objeto do contrato, FUNDAMENTADA LEGALMENTE no: Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei Federal 8.666/93.*

Brasil Novo-Pá, 30 de janeiro de 2015

\_\_\_\_\_  
NOEDSON CARVALHO PEREIRA  
Sec. Mun. de Saúde  
Dec. 219/2014



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO PROPOSTO

### Inexigibilidade de Licitação nº 16.020-15

Para a pretendida contratação do Sr **HUMBERTO GUSTAVO VANEIA TORRES**, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Federal/Regional de Medicina sob o nº. 011892/PA, com Registro Geral nº. V444722-C/DPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 534.755.692-72, residente e domiciliada sito à Rua 7 de Setembro, 331, Bairro Centro, Senador José Porfírio/PA, através da modalidade inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços médicos, junto a Sala de Estabilização, realizando plantões de 12:00hs, limitando o máximo de 30 (trinta) plantões mensais:

*- Para que a contratação direta do referido profissional, enquadre-se na hipótese de Inexigibilidade de licitação, se faz necessário que seja justificado a escolha do prestador e a justificativa do preço como preceitua o Art. 26, parágrafo único, III, da Lei Federal nº 8.666/93. CONSIDERANDO a razão da escolha ter sido justificada, cabe justificar o preço, cujo valor total do contrato é de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), valor este que será de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) mensais, verifica-se que os preços ofertados estão compatíveis com os praticadas no mercado, conforme exige o Art. 26, parágrafo único, III, da Lei Federal nº 8.666/93.*

Brasil Novo-Pá, 30 de janeiro de 2015

\_\_\_\_\_  
NOEDSON CARVALHO PEREIRA  
Sec. Mun. de Saúde  
Dec. 219/2014



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**C.N.P.J. 11.283.607/0001-42**

---

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REF. INEXIGIBILIDADE

Para prosseguir com o presente processo, observando a legislação vigente, na forma do Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Brasil Novo – Pará, 30 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_  
NOEDSON CARVALHO PEREIRA  
Sec. Mun. de Saúde  
Dec. 219/2014



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE Nº. 16.020-15**

**Ilmo. Sr.**  
**Assessor Jurídico do Município de Brasil Novo/PA.**

Em atendimento ao disposto no caput do Art. 25 da Lei Federal n.º 8.666/93, solicitamos de Vossa Senhoria, parecer jurídico sobre contratação do Sr **HUMBERTO GUSTAVO VANEIA TORRES**, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Federal/Regional de Medicina sob o n.º. 011892/PA, com Registro Geral n.º. V444722-C/DPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o n.º. 534.755.692-72, residente e domiciliada sito à Rua 7 de Setembro, 331, Bairro Centro, Senador José Porfírio/PA, através da modalidade inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo acima citado, para Prestação de serviços médicos, junto a Sala de Estabilização, realizando plantões de 12:00hs, limitando o máximo de 30 (trinta) plantões mensais.

Brasil Novo - (Pá), 30 de janeiro de 2015.

---

**José Jorge de Farias**  
Presidente da CPL  
Dec. Mun. n.º 298/2015



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**C.N.P.J. 11.283.607/0001-42**

**PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO**

**Consultante:** Comissão Permanente de Licitação

**Assunto:** Inexigibilidade nº 16.020-15; contratação do Sr HUMBERTO GUSTAVO VANEA TORRES.

Trata-se de Inexigibilidade, cujo objeto é a contratação do Sr. **HUMBERTO GUSTAVO VANEA TORRES**, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Federal/Regional de Medicina sob o nº. 011892/PA, com Registro Geral nº. V444722-C/DPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 534.755.692-72, residente e domiciliada sito à Rua 7 de Setembro, 331, Bairro Centro, Senador José Porfírio/PA, através da modalidade inexigibilidade de licitação, para Prestação de serviços médicos, junto a Sala de Estabilização, realizando plantões de 12:00hs, limitando o máximo de 30 (trinta) plantões mensais.

É o relatório.

A referida contratação, no valor de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), valor este que será de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) mensais, pelo período de 11 (onze) meses, poderá efetuar-se mediante Inexigibilidade de licitação, nos termos do Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei Federal 8.666/93, pelo fato de ser Sr. HUMBERTO GUSTAVO VANEA TORRES, profissional, com inquestionável reputação ético-profissional.

Para a contratação direta da referida profissional, enquadre-se na hipótese de Inexigibilidade de licitação, se faz necessário que seja justificado a escolha da prestadora e a justificativa do preço como preceitua o parágrafo único do art. 26 da Lei Federal 8.666/93.

Considerado de notória especialização no campo de sua especialidade profissional com desempenho e experiências em desenvolvimento de suas atividades de seus trabalhos é essencial e indiscutível a mais adequada à plena satisfação do objeto do contrato, considerando-se também que o valor dos serviços a serem executados, conforme pesquisa de preço efetuada dentro da categoria, o valor da referida contratação está compatível com as praticadas no mercado.

Sendo assim, manifesto-me pela possibilidade da contratação do referido profissional acima qualificado, mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei Federal 8.666/93, da Lei de Licitações, cumpridas as formalidades administrativas.

Brasil Novo-Pá, 30 de janeiro de 2015.

**JUNIOR LUIZ DA CUNHA**

Assessor Jurídico

OAB/PA: 15.432



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**INEXIGIBILIDADE N.º 16.020-15**

Reconhecemos o processo de inexigibilidade nº 16.020-15, destinada a contratação do Sr **HUMBERTO GUSTAVO VANEIA TORRES**, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Federal/Regional de Medicina sob o nº. 011892/PA, com Registro Geral nº. V444722-C/DPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 534.755.692-72, residente e domiciliada sito à Rua 7 de Setembro, 331, Bairro Centro, Senador José Porfírio/PA, através da modalidade inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços médicos, junto a Sala de Estabilização, realizando plantões de 12:00hs, limitando o máximo de 30 (trinta) plantões mensais. O valor total do contrato será de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), valor este que será de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) mensais, com vigência até 31 de dezembro de 2015, com fundamento no Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei de Licitações, tendo em vista também, as demais peças do presente processo, o qual foi submetido a exame da douta Assessoria Jurídica do Município que, emitiu parecer favorável à realização da presente Inexigibilidade de Licitação.

À deliberação da Exma. Senhora Prefeita Municipal de Brasil Novo para ratificação.

Brasil Novo-Pá, 05 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_  
**José Jorge de Farias**  
Presidente da CPL  
Dec. Mun. n.º 298/2015





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

**RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR**

**INEXIGIBILIDADE Nº. 16.020-15**

RATIFICO, com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, decisão da Comissão Permanente de Licitação, a presente Inexigibilidade nº. 16.020-15, fundamentada no Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei 8.666/93, para a contratação do Sr **HUMBERTO GUSTAVO VANEA TORRES**, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Federal/Regional de Medicina sob o nº. 011892/PA, com Registro Geral nº. V444722-C/DPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 534.755.692-72, residente e domiciliada sito à Rua 7 de Setembro, 331, Bairro Centro, Senador José Porfirio/PA, através da modalidade inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços médicos, junto a Sala de Estabilização, realizando plantões de 12:00hs, limitando o máximo de 30 (trinta) plantões mensais. O valor total do contrato será de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), valor este que será de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) mensais, com vigência até 31 de dezembro de 2015.

Ao Secretário Municipal de Saúde, para publicação conforme exige o Art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93.

Brasil Novo-Pá, 05 de fevereiro de 2015.

---

MARINA RAMOS SPEROTTO  
Prefeita Municipal



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

CONTRATO Nº 022/15

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Por este instrumento particular, de um lado como **CONTRATANTE**, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO**, pessoa jurídica de Direito Público, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº. 11.283.607/0001-42, neste ato, representada por seu Secretário Municipal de Saúde o Sr. **NOEDSON CARVALHO PEREIRA**, brasileiro, casado, comerciante, com RG nº. 1425371 SSP/PA, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 252.929.782-72, residente e domiciliado na Rua do Comercio, s/nº, Centro, município de Brasil Novo/PA, consoante as atribuições e competência inerentes a si, e pelo outro lado, com o **CONTRATADO (A)**, Sr **HUMBERTO GUSTAVO VANEIA TORRES**, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Federal/Regional de Medicina sob o nº. 011892/PA, com Registro Geral nº. V444722-C/DPF e no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 534.755.692-72, residente e domiciliada sito à Rua 7 de Setembro, 331, Bairro Centro, Senador José Porfírio/PA, sob as seguintes cláusulas e condições, com fulcro no Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei Federal 8.666/93:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente pacto contratual possui como objeto Prestação de serviços médicos, junto a Sala de Estabilização, realizando plantões de 12:00hs, limitando o máximo de 30 (trinta) plantões mensais.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO**

Resolvem acertar que o valor deste contrato corresponderá à importância bruta de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) mensais, pagos pela **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO (A)**, reajustáveis conforme entendimento entre as partes, sendo pago até o dia 10 (dez) de cada mês seguinte ao vencido, perfazendo um valor global do presente contrato da ordem de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA LICITAÇÃO**

Para a presente contratação, foi realizada licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base no Caput do Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93, cujos atos encontram-se no Processo nº 16.020-15.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

**CLÁUSULA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO**

Este contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do Art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO CONTRATUAL**

O prazo de duração do presente contrato será de até 31 de dezembro de 2015, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, de acordo com o interesse das partes, levando-se em consideração o Princípio da Supremacia do Interesse Público.

**CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Fica desde já, expressamente acertado entre as partes, que **não haverá vínculo empregatício**, correndo por conta do **CONTRATADO (A)** os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários que dele, quando houver.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A **CONTRATANTE** por força do presente contrato se obriga a efetuar o pagamento mensal dos valores acordados, já consignados na Cláusula Segunda, deste instrumento, bem como exercer por intermédio de pessoal legalmente credenciado, seu direito de fiscalização dos serviços, em toda a sua amplitude.

**CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITO E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O **CONTRATADO (A)**, por força do presente contrato, se obriga conforme os parágrafos seguintes:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ficará responsável pela rotina de plantão na Sala de Estabilização, conforme escala, sem regime de exclusividade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Terá escala mensal máxima de 30 (trinta) plantões de 12:00h, conforme determinação da contratante.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caso o **CONTRATADO (A)** deseje se desligar da Secretaria de Saúde deverá comunicar à coordenação de saúde com 30 (trinta) dias de antecedência, ressaltando-se que o não cumprimento deste parágrafo acarretará o enquadrado na cláusula décima primeira desse contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A rotina do atendimento não poderá ser modificada sem a comunicação ou conhecimento prévio da Secretária Municipal de Saúde no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

antecedência.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As ausências não justificadas à Coordenação de Saúde serão descontadas proporcionalmente aos valores dos pagamentos mensais.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O não cumprimento dos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula implicará no não pagamento do valor global dos serviços prestados pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA NONA: DA REVOGAÇÃO**

Este contrato poderá ser revogado por quaisquer das partes, a qualquer tempo, desde que haja a comunicação pela parte interessada, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Esta comunicação deve ser impreterivelmente oficializada por documento escrito, pois em caso de descumprimento do prazo acima a **CONTRATANTE** fará jus ao disposto na cláusula décima primeira.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Permanecerão em vigor *in totum* as condições previstas e acordadas neste instrumento, no caso de serem celebrados novos aditivos de interesse das partes, desaparecendo apenas os que colidirem com o disposto no aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROCEDIMENTOS**

Ficará sob a responsabilidade da Sr<sup>a</sup> MARIA ROSA DIAS BALDO, Coordenadora Municipal de Saúde o acompanhamento das atividades concernentes às quantidades dos procedimentos realizados procedendo aos cortes, conforme o estabelece a Cláusula Quinta do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa resultante da obrigação passiva (pagamento) disposta no presente contrato correrá à conta da dotação orçamentária a seguir discriminada:

10.302.0238-2032 – MANUTENÇÃO DA MÉDIA COMPLEXIDADE  
33.90.35.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, o **CONTRATANTE** poderá aplicar ao **CONTRATADO (A)** as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) - Advertência;



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**C.N.P.J. 11.283.607/0001-42**

b) - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do CONTRATO, nos casos de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, assim como nos casos de infração de qualquer cláusula ou condição, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Brasil Novo/Pa, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato.

É por estarem assim justos e contratados, na presente forma, assinam este em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e tiveram conhecimento.

Brasil Novo/PA, 05 de fevereiro de 2015

**CONTRATANTE:**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO**  
**NOEDSON CARVALHO PEREIRA**  
Sec. Mun. de Saúde

**CONTRATADO (A):**

**HUMBERTO GUSTAVO VANEIA TORRES**  
**CRM 011892/PA**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**C.N.P.J. 11.283.607/0001-42**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

##ATOExtrato de Contrato- Inexigibilidade nº. 16.020-15-FMS

##TEX CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASIL NOVO- CONTRATADO: HUMBERTO GUSTAVO VANEIA TORRES  
-CPF: 534.755.692-72 - valor do contrato R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais). VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2015. OBJETO:  
Prestação de serviços Médico como plantonista na Sala de Estabilização. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei Federal 8.666/93.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.0238-2032 – MANUTENÇÃO DA MÉDIA COMPLEXIDADE; 33.90.35.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA.

ASSINATURA DO CONTRATO: Brasil Novo/PA, 05/02/2015.

##ASSA Noedson Carvalho Pereira

##CAR Secretário Municipal de Saúde.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

## PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

O Sr. **Dyelson Silva de Lima**, responsável pelo Controle Interno do Município de **Brasil Novo**, nomeado nos termos do Decreto nº. 097 de 1º de abril de 2013, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do **§1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014**, que analisou integralmente o Processo n.º 16.020-15, referente à licitação Inexigibilidade de Licitação, tendo por objeto: Prestação de serviços Médico plantonista na Sala de Estabilização, realizando plantões de 12hs, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

( ) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

( ) Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

Brasil Novo/Pá, 05 de fevereiro de 2015.

---

**Dyelson Silva de Lima**